

**ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF**

Nos dias três de julho de dois mil e vinte e quatro, de forma híbrida, presencialmente no Alameda Hotel, situado à Av. Dante Michelini, 585, Jardim da Penha, Vitória/ES, e através de videoconferência pela plataforma TEAMS foi realizada a **82ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. Seguem abaixo os registros da reunião pública, transmitida ao vivo pelo Youtube através do link: <https://youtube.com/live/3kl21tNKu04?feature=share>

**1) Apresentação e manifestações dos participantes.**

**Participantes da reunião preparatória à 82ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 03/07/24 - Horário: 9h10 às 12h20.**

Cláudia Fardin Soares (SETADES), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz), Juliane de Araújo Barroso (SETADES/ES), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência e Entre Rios/ES), Marta Zorzal (UFES), Soraya Benetti (FLACSO) e Walquíria Soares (AGERH/ES).

**Participantes da 82ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 03/07/24 - Horário: 13h40 às 17h55.**

Ana Carolina Maciel (Renova), Ana Cristina Gustavson Ablas (Renova), Carolina Berg (EY), Carlos Alberto Oliveira (Renova), Claryssa Almeida (SEDESE), Cláudia Fardin Soares (SETADES), Daniela Bertulane Franco (Renova), Fabiana Mendonça Pires (Renova), Fernanda Amélia Souza (Renova), Giselle da Silva Coelho (Renova), Lara Morena (Renova), João Eduardo Sales (Renova), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz), Juliane de Araújo Barroso (SETADES), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência e Entre Rios/ES), Marta Zorzal (UFES), Rafael Santos (Renova), Rafaela Marques de Castro (Renova), Rodrigo Pontes (Renova), Ricardo Sérgio Dias Ângelo (Governo de Minas Gerais – Casa Civil), Saulo Cordeiro (Assessoria Técnica Cáritas Itabira), Simone Nunes (Comissão Territorial 1 - São José do Goiabal), Soraya Benetti (FLACSO), Tamyris Oliveira (Comitê Pró-Rio Doce/MG) e Walquíria Soares (AGERH).

Após a apresentação de todos os participantes, a Sra. Cláudia Fardin, coordenadora da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

**2) Aprovação da Ata referente à 81ª RO da CT-PDCS.**

<b>Discussão</b>	Através de e-mail enviado pela governança da Renova, em 28 de junho de 2024, A FR solicitou ajuste na redação do documento, relativo à apresentação do PG 35. Sem objeção pelos membros da CT-PDCS, o texto foi ajustado pelo secretariado e a ata da 81ª RO da CT-PDCS foi aprovada. A coordenação comunicou que o documento seria publicado no site IBAMA/CIF.
------------------	--

**3) Apresentação pelo PG 06: - Apresentação sobre a mobilização das comunidades quanto às informações de cadastro e indenizações (Deliberação CIF nº 58); - E.81-1 – Incluir a agenda dos CIAs móvel na programação dos próximos eventos agendados pela Fundação Renova com as comunidades, encaminhada por e-mail ao CIF e as Câmaras Técnicas em cumprimento à Deliberação CIF nº 216; - E.81-2 – Enviar o relatório e apresentar na próxima RO o ranking das principais demandas e manifestações registradas nos CIAs por microterritório; - E.81-3 – Apresentar os indicadores relacionados à Deliberação nº 105; - E.81-4 – Apresentar os pontos de melhoria implementados considerando o 3º ciclo de auditoria do Pilar de Canais de Relacionamento; - Status da Ouvidoria (Deliberação CIF nº 779).**

Discussão

Inicialmente, Lara Morena realizou apresentação de documento em PPT relativo a todos itens de pauta do PG 06. A apresentação que foi encaminhada previamente e distribuída aos membros da CT, encontra-se disponível no arquivo da CT-PDCS e em memória de áudio para eventuais consultas. Finalizada a apresentação, Cláudia Fardin ressaltou a importância da **Apresentação sobre a mobilização das comunidades quanto às informações de cadastro e indenizações (Deliberação nº 58)**, a qual permite a câmara técnica tomar ciência dos novos territórios amparados pelo trabalho do CIA móvel e como se desenvolve esse processo de assistência. Luciana Oliveira questionou a substancialidade dos números apresentados, em função do tamanho da equipe disponibilizada, a qual considerou reduzida, e se existe algum diferencial no atendimento das comunidades quilombolas, além disso indagou sobre a necessidade do aumento da estrutura do CIA móvel. Ana Carolina Maciel respondeu que os números de atendimentos que constam na apresentação não significam atendimentos singulares (*“atendimentos 1 pra 1”*) e que o procedimento é que enquanto não houver uma resposta conclusiva à manifestação são feitos encaminhamentos nessa resposta para garantir que a data que originou a solicitação se mantenha, e que o número presente no documento inclui todos esses elementos, manifestações registradas + encaminhamentos + respostas finais. Ana Carolina também respondeu a respeito da estrutura do CIA de Linhares e CIA Móvel que atende ES e Novas Áreas especificamente, que no momento passa por um processo concorrencial e que já identificaram a necessidade de expandir a equipe para comportar o volume das demandas. A respeito do atendimento às comunidades quilombolas, Ana Carolina disse que há uma lacuna (*gap*), pois os canais oferecem um atendimento universal e que nem sempre, por não ser uma qualificação do PG06, há um registro que especifique essas informações, mas que o atendimento mais especializado ao demográfico é uma preocupação do programa. A respeito do atendimento às comunidades quilombolas, Ana Carolina reforçou que na Fundação Renova o atendimento de demandas coletivas são realizadas pelo Programa de Povos Indígenas e Tradicionais, e que no caso de atendimentos específicos de canais de relacionamento teríamos que evoluir conjuntamente com a CT para uma discussão em relação a esse assunto. Juliane Barroso, considerando a Deliberação CIF nº 786, propôs que todas as informações relacionadas a Deliberação CIF nº 58 sejam repassadas à SECEX/CIF, mesmo que considerados *“dados finos”*. Ana Carolina informou que há um grupo de trabalho na Fundação Renova que reúne todos os programas para o cumprimento da Deliberação, sendo responsável por centralizar essas informações e repassar ao CIF, mas estava incerta a respeito do nível de detalhes das informações, Ana Carolina solicitou que Lara Morena repassasse a demanda. Cláudia Fardin comentou sobre a solicitação, feita pelo ofício CT-PDCS nº 02/2024, para que a Renova enviasse os encaminhamentos das reuniões feitas com os territórios, em cumprimento a Deliberação CIF nº 216. Disse que a FR através do OFÍCIO FR 2024.1690, de 21 de junho de 2024, disponibilizou a informação de que através de link os relatórios estão organizados na sequência ano > mês > território, podendo ser consultados de forma frequente pelos integrantes desta Câmara e demais componentes do Sistema CIF. Visto a dificuldade de acesso por todos os membros da CT, Cláudia reiterou que os encaminhamentos das reuniões com os territórios fossem enviados através de e-mail, conforme consta na Deliberação CIF nº 216: Determinar a Fundação Renova que a ata e/ou registro dos encaminhamentos dos eventos realizados com as comunidades e municípios atingidos seja encaminhado via *e-mail* as CTs correspondentes e as respectivas comunidades e municípios, com cópia para a Secretaria Executiva do CIF, em até 15 (quinze) dias após a realização do evento. Joéci registrou um descontentamento a respeito do procedimento da FR quanto à inatividade das manifestações. Segundo Joéci Miranda, após três tentativas de contato telefônico com o requisitante, a manifestação é cancelada ou até mesmo há o cancelamento do

Discussão

cadastro da pessoa atingida. Ana Carolina afirmou que as manifestações não são canceladas, mas permanecem no banco de dados, fora isso confirmou a ciência da FR a respeito das tentativas falidas de contactar um contingente dos atingidos e que buscam achar uma solução para o prosseguimento, entretanto desconhece acontecimentos em que cadastros foram cancelados. Cláudia Fardin solicitou que Ana Carolina notificasse a equipe diálogo para que sanassem as essas demandas apresentadas. Tamyris Oliveira questionou como esse protocolo da três ligações surgiu. Juliane Barroso teceu considerações e contextualização a partir do questionamento de Tamyris apontando que há uma vasta diversidade territorial que deve ter elementos como, sinal de telefone considerados nesse processo. Joéci reclamou que nenhuma das suas manifestações foram respondidas desde 2021 no Portal do Usuário. Ana Carolina reforça que é preciso analisar os casos levantados pela Joéci e que a equipe de Diálogo irá entrar em contato para análise. Claryssa Almeida lembrou sobre o questionamento das três ligações feita por Tamyris, fez contribuições a respeito da possível resistência a atender números de telefone desconhecidos e questionou se eles seriam retornáveis, além disso propôs que fossem substituídos por mensagem de texto de *whatsapp*. Cláudia Fardin reiterou a demanda de Joéci e pediu que a situação fosse averiguada a fim de amparar o território de Aracruz. Em seguida, Fernanda Amélia **apresentou o Status da Ouvidoria (Deliberação CIF nº 779)**. A apresentação não foi encaminhada previamente, sendo solicitada pelo secretariado para distribuição aos membros da CT. Cláudia Fardin fez apontamentos a respeito de como é feita a devolutiva da Ouvidoria, sugeriu que novos dados complementassem à metodologia de apresentação, como: quais são os assuntos das demandas, a quais PGs se referem as manifestações, tempo da abertura da manifestação até a devolutiva, tempo de resposta exigido para concluir a manifestação. A CT apresentou a proposta de acompanhamento de demandas e repasse ao CIF, em anexo, sem incluir a apresentação de qualquer dado sensível. Juliane Barroso classificou a apresentação da Ouvidoria como insuficiente e enfatizou que com a adição do novo grupo de dados proposto pela coordenação da CT, as orientações serão conduzidas de forma tangível. Simone Nunes demonstrou seu descontentamento em não sentir seu território abarcado pelo trabalho da Ouvidoria, e também pleiteou o reconhecimento das “Marias”. Fernanda Amélia respondeu que irão tratar os dados propostos pela CT, além disso falou que a Ouvidoria está recebendo ofícios de várias assessorias solicitando a presença nos territórios e que há esforços para que esses encontros aconteçam nos territórios. Fernanda Amélia propôs que após os registros de junho serem classificados, enviará uma primeira versão da matriz dos dados obtidos pela Ouvidoria para avaliação da CT, no formato estabelecido pela coordenação. Cláudia Fardin pontuou que a matriz de dados será ajustada com adição de novas informações e será encaminhada à FR para cumprimento, considerando o item 3, da Deliberação nº779: caberá à Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social (CT-PDCS) acompanhar as ações da Ouvidoria relacionadas à presente deliberação, bem como propor diretrizes, recomendações e demais orientações no decorrer do procedimento, visando maior transparência e eficiência. Joéci registrou que os seguintes questionamentos que foram feitos a Ouvidoria em seu território e que ainda não obtiveram retorno: muitos atingidos com cadastro cancelado; quais serão os estudos com os rios e estuários de Aracruz que serão feitos por ocasião da deliberação 58?; os processos de inventário que são enviados documentos por 3 vezes e a Renova não responde; o cadastro da fase 1 que foi feito desmembramento, se existe cadastro no PIM?; quais são os procedimentos para ser aceito no PIM, para atingidos que aderiram ao NOVEL e não foi atendido?; a respeito dos atingidos que recebiam lucro cessante pelo PIM e foi suspenso, agora com a decisão judicial, quando é e será o retorno desse benefício aos atingidos? Cláudia Fardin solicitou que a Ouvidoria apresente devolutiva aos questionamentos de Joéci Miranda.

<b>Encaminha mentos</b>	<b>E.82-1-</b> Realizar o envio dos encaminhamentos e registros das reuniões com os territórios via e-mail em cumprimento a Deliberação nº 216. <b>Responsável:</b> PG 06. <b>Prazo:</b> imediato.
	<b>E.82-2-</b> Apresentar os dados tratados das manifestações conforme a matriz de dados estabelecida pela CT. <b>Responsável:</b> Ouvidoria. <b>Prazo:</b> Próxima RO.
<b>4) Apresentação pelo PG 35: Apresentação de atualizações do programa.</b>	
<b>Discussão</b>	Fabiana Mendonça iniciou sua fala sinalizando que foi recebida a Deliberação CIF nº 800 e que a equipe do PG 35 está empenhada em finalizar a devolutiva. Cláudia Fardin informou que foi encaminhado o ofício à SECEX/MG, relativo a análise do orçamento compensatório do CIT de Governador Valadares. Sobre a instalação do CIT de Regência, informou que foi recebido o Ofício nº 337/2024/ICMBio, na data de 01/07/2024, que informou sobre a intenção de destinação da área do ICMBio, atualmente Centro Ecológico de Regência e Base do Centro TAMAR/ICMBio, para a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, visando a implantação do CIT, ademais a destinação se dará por meio de Termo de Cessão, a ser elaborado e formalizado entre as duas instituições. Ana Carolina propôs reunião virtual de trabalho para tratar questões sobre o CIT de Regência. No entendimento da CT, o envolvimento da UFES no processo do CIT de Regência deverá cumprir o resgate de informações e decisões feitas em consonância com as comunidades atingidas, não prolongando ainda mais os atrasos já postos. Walquiria Soares destacou a importância de que a FR pense na manutenção do CIT pós-Renova, com o objetivo de que o CIT não fique inutilizado.
<b>Encaminha mento</b>	<b>E.82-3-</b> A Fundação Renova agendará uma reunião de trabalho para alinhar questões do CIT de Regência. <b>Responsável:</b> Governança FR.
<b>5) Apresentação pelo PG 36: E.81-5 – Apresentar os pontos de melhoria implementados considerando o 3º ciclo de auditoria do PG 36.</b>	
<b>Discussão</b>	João Salles realizou apresentação de documento em PPT considerando o encaminhamento <b>E.81-5 – Apresentar os pontos de melhoria implementados considerando o 3º ciclo de auditoria do PG 36.</b> A apresentação que foi encaminhada previamente e distribuída aos membros da CT, encontra-se disponível no arquivo da CT-PDCS e em memória de áudio para eventuais consultas. Luciana pontuou dificuldades na interação com as plataformas e questionou sobre a <i>cybersegurança</i> . João Salles respondeu que a baixa interatividade se dá, pois não há alguma automação das respostas, assim o processo está sujeito à falhas humanas, mas afirmou que a equipe está sendo capacitada para que falhas sejam minimizadas. Sobre a <i>cybersegurança</i> , afirmou existir proteção contra <i>spam</i> e ataques <i>hackers</i> . João Salles se prontificou em apresentar um balanço de atualização do acervo de notícias do <i>site</i> , considerando a determinação pela Justiça Federal da suspensão de propaganda pela FR. Walquíria Soares pontuou que as ações de mobilização nos territórios precisam ter continuidade e não podem ser confundidas com propagandas publicitárias da FR. Cláudia Fardin questionou qual é o critério da atualização dos documentos no <i>site</i> da FR; qual é a interação do programa com os demais programas a título de produção e gestão de conteúdo; e se a tradução dos textos sofre validação do PG correspondente. João Salles respondeu que quanto ao critério de atualizações é intenção da FR reformular o <i>site</i> a fim de torná-lo mais intuitivo, mas que esse projeto foi interrompido pela decisão judicial citada anteriormente. Quanto à interação entre os programas, todo processo de produção de conteúdos passa por uma apuração e validação junto aos programas, por conseguinte é confirmada a adequação dos conteúdos às plataformas. Quanto à tradução dos documentos, informou que não há tradutor juramentado que garanta a verossimilhança na tradução no PG 36, por isso quando há necessidade de um texto traduzido foi

<b>Discussão</b>	estabelecido que o procedimento é que o texto venha traduzido do programa de origem para que os responsáveis pelo documento garantam a permanência do sentido transmitida pelo texto original. Cláudia fardin reforçou a importância do PG 36, que possui a tarefa de informar internacionalmente os mais diversos setores da vida pública, e que o perfil não é homogêneo para aqueles que acompanham apenas as notícias, mas também existem os interessados nos dados técnicos que devem ser levados em consideração. Juliane Barroso pontuou a necessidade de uma concentração/centralização dos documentos relacionados aos programas, em virtude do acompanhamento de todos os programas à respeito dos diversos assuntos.
<b>6) Gerenciamento do custeio dos atingidos (Extrapauta).</b>	
<b>Discussão</b>	Joéci Miranda cobrou devolutiva sobre o custeio dos atingidos e expôs que as pessoas atingidas precisam dispor de recursos próprios para participar das reuniões do sistema CIF. Questionou como e quando se dará o gerenciamento do custeio dos atingidos. Cláudia Fardin registrou que a demanda seria encaminhada à Ouvidoria para tratamento e devolutiva.

A coordenadora Cláudia Fardin Soares agradeceu a todos os participantes presentes pelas suas contribuições. A **82ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** foi encerrada às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos.

ANEXO

Nº	Assunto abordado	Tipo de demanda		Data de Recebimento	RO CIF referência	Endereçamento		Retorno do endereçamento	Data de retorno ao demandante	Status da demanda			Observação
		Individual	Coletiva			Data	Destino			Em andamento	Concluída	Não procedente	